



SETORES CENSITÁRIOS E DESAFIOS PARA A GESTÃO EM OCUPAÇÕES DE BAIXA DENSIDADE: O CASO DE PONTA GROSSA - PR

Nisiane Madalozzo ¹
Edson Belo Clemente de Souza ²

RESUMO

Ponta Grossa é uma cidade média do interior do Paraná, em que dinâmicas de produção social do espaço ocorrem com significativa influência da localização geográfica estratégica, bem como da intensa rede hidrográfica e relevo acidentado, o que contribui para que a distribuição espacial da população aconteça de forma fragmentada e desigual. A manifestação das diferenças sociais ocorre de maneira explicitamente relacionada a dois marcos espaciais – rios e ferrovias. A periferização tem ocorrido de forma entremeada à malha urbana, o que faz com que certos sujeitos e situações de vulnerabilidade social sejam invisibilizados em diagnósticos urbanos e em políticas públicas. Algumas características dos Setores Censitários, como sua dimensão e traçado, nem sempre contribuem para que se possa realizar leituras de dados verdadeiramente reveladores da realidade. O objetivo central é demonstrar em que medida é possível compreender a realidade de localidades urbanas com baixa densidade demográfica a partir da análise de dados provenientes dos Setores Censitários. Para tanto, é realizada análise da produção bibliográfica local acerca dos desafios de gestão urbana relacionados às unidades territoriais problemáticas, além de análises especializadas através do *software QuantumGIS* e de ferramentas *Google Sattelite*, dentro da linha teórica *lefebvriana* da Produção Social do Espaço. Resulta que o sistema de leitura exclusivamente por dados de indicadores sociais não tem sido o suficiente para revelar particularidades relacionadas a comunidades formadas por um pequeno grupo de domicílios. Essa conclusão aponta a necessidade de se revisar a forma como os dados de cidades médias e pequenas tem sido coletado e lido.

Palavras-chave: Unidades Territoriais, Cidades Médias, Planejamento Urbano.

ABSTRACT

Ponta Grossa is a medium city located in the interior of the state of Paraná, Brazil, where the dynamics of the social production of space are significantly influenced by its strategic geographical location, an extensive hydrographic network, and rugged topography. These physical and spatial conditions contribute to a fragmented and unequal distribution of the population across the urban territory. Social disparities are manifested in direct correlation with two key spatial elements - rivers and railways - where historical and infrastructural roles shape patterns of socio-spatial segregation. Peripheralization processes occur in a discontinuous manner within the urban fabric, often resulting in the invisibilization of socially vulnerable groups in both urban diagnostics and public policy frameworks. Furthermore, certain characteristics of Census Sectors, such as their scale and delineation, frequently hinder the capacity to produce data interpretations that accurately reflect localized socio-spatial realities. The goal of this study is to examine the extent to which the realities of low-density urban areas can be understood

¹ Arquiteta Urbanista, Doutora em Geografia, Docente do Departamento de Engenharia Civil e Líder do GEUR – Grupo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; nmadalozzo@uepg.br

² Doutor em Geografia, Docente do Departamento de Geociências e Líder do GEUR – Grupo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; ebelosouza@uepg.br

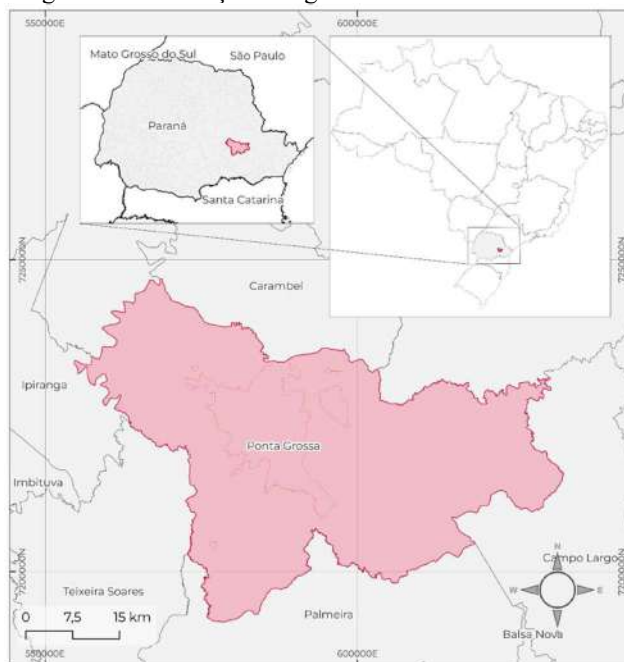
through Census Sector data analysis. To achieve this, the authors conduct a review of local academic literature addressing urban management challenges in problematic territorial units, alongside spatial analyses using QuantumGIS software and Google Satellite imagery, within the theoretical framework of Henri Lefebvre's concept of the social production of space. The results indicate that a reading based solely on social indicators is not sufficient to capture the specificities of communities composed of small household clusters, highlighting the urgent need to reassess methodologies for data collection and interpretation in medium and small-sized cities

Keywords: Territorial Units, Medium Cities, Urban Planning.

INTRODUÇÃO

Ponta Grossa é um Município brasileiro, localizado no Estado do Paraná, com população estimada de 358.371 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1: Localização Geográfica de Ponta Grossa - PR.



Fonte: Autores, 2025.

Trata-se de uma cidade média em que as dinâmicas de produção social do espaço ocorrem com significativa influência da localização geográfica estratégica, bem como da intensa rede hidrográfica e relevo acidentado, característicos da localidade, que contribuem para que a distribuição espacial da população aconteça de forma fragmentada e desigual. A formação desse centro urbano e as decisões políticas de organização das unidades territoriais ocorreram em função das redes de circulação viária e dos corpos d'água presentes no território.

Ao longo das décadas, a manifestação das diferenças sociais tem acontecido de maneira explicitamente relacionada a esses marcos espaciais: áreas não edificáveis do entorno dos



fundos de vale e do entorno das vias férreas e rodoviárias são irregularmente ocupadas e reocupadas, o que incorre em problemas urbanos relacionados aos riscos ambientais e à carência de infraestrutura urbana nesses territórios. Paralelamente, áreas mais altas e com relevo menos acidentado têm sofrido dinâmicas de hipervalorização imobiliária, além da excessiva impermeabilização do solo urbano. O aumento da densidade de ocupação nos terrenos mais valorizados é recorrente, tendo havido a proposta de coeficientes de aproveitamento cada vez mais permissíveis, em detrimento da pouca infraestrutura existente, assim como massivo espraiamento urbano, que tem ocorrido apesar da existência de muitos vazios urbanos em especulação imobiliária.

Devido a toda a realidade descrita acima, a periferização ocorre historicamente de forma entremeada à malha urbana em Ponta Grossa. No entanto, pesquisadores locais têm percebido que há certos sujeitos e situações de vulnerabilidade social que são invisibilizados na realização de diagnósticos urbanos ou mesmo na proposta de políticas públicas, quando as mesmas se baseiam exclusivamente em dados provenientes de indicadores sociais, que agrupam populações em situações diversas. Algumas características dos Setores Censitários, como sua dimensão e traçado, nem sempre contribuem para que se possa realizar leituras de dados verdadeiramente reveladores da realidade, em especial quando se trata de pequenas escalas.

Neste trabalho, busca-se demonstrar em que medida é possível compreender a realidade de localidades urbanas com baixa densidade demográfica a partir da análise de dados provenientes dos Setores Censitários.

METODOLOGIA

Segundo o Diagnóstico do Plano Diretor vigente em Ponta Grossa, e conforme corroborado por autores como NASCIMENTO e MATIAS (2006), OLIVEIRA e SAHR (2012), MADALOZZO, GADOWSKI e STARON (2024), dentre outros, há necessidade de rever determinadas unidades territoriais para que haja mais respeito às características físicas, naturais e antrópicas do território municipal, motivo pelo qual firmou-se projeto de cooperação firmado entre GEUR, PMPG e IPLAN, com suporte técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, foi realizada uma análise da produção bibliográfica local acerca dos desafios de gestão urbana enfrentados em Ponta Grossa que têm relação com unidades territoriais problemáticas. Para tanto, foram analisados a legislação urbanística local, em especial o Plano Diretor vigente, e sobretudo a produção bibliográfica relacionada às dinâmicas urbanas pontagrossenses. Foram identificados trabalhos em que são elencados desafios e lacunas na



gestão urbana pontagrossense, em especial aqueles relacionados à inadequação de unidades territoriais utilizadas para o planejamento ou a gestão urbana.

Além do trabalho de levantamento bibliográfico e normativo, foram feitas análises referentes à adequação dos Setores Censitários conforme sua delimitação atual, através do *software* de georreferenciamento Quantum GIS, e de ferramentas *Google Sattelite* e *Google Earth*.

REFERENCIAL TEÓRICO

O foco deste trabalho foi na leitura de trabalhos acadêmicos em que os autores se debruçam sobre as dinâmicas de produção social do espaço pontagrossense. Assim sendo, trata-se de um trabalho relacionado à lógica *lefebvrina*, da Produção Social do Espaço Urbano.

Muitos autores discorrem acerca da significativa influência da localização geográfica estratégica, bem como da intensa rede hidrográfica e relevo acidentado, característicos da localidade, que contribuem para que a distribuição espacial da população aconteça de forma fragmentada e desigual. Em Madalozzo, 2022, nota-se que tanto a formação desse centro urbano quanto as decisões políticas de organização das unidades territoriais ocorreram em função das redes de circulação viária e dos corpos d'água presentes no território, corroborado ao que consta do Caderno Técnico publicado pelo IPLAN (2019).

Autores como Nascimento e Matias (2006) e Sene et al (2020) destacam o quanto as áreas não edificáveis do entorno dos fundos de vale e do entorno das vias férreas e rodoviárias são irregularmente ocupadas e reocupadas, o que incorre em problemas urbanos relacionados aos riscos ambientais e à carência de infraestrutura urbana nesses territórios. Paralelamente, áreas mais altas e com relevo menos acidentado têm sofrido dinâmicas de hipervalorização imobiliária, além da excessiva impermeabilização do solo urbano. O aumento da densidade de ocupação nos terrenos mais valorizados é recorrente, tendo havido a proposta de coeficientes de aproveitamento cada vez mais permissíveis, em detrimento da pouca infraestrutura existente. Essa é uma discussão aborda profundamente por Madalozzo e Souza (2028), Stamoulis e Madalozzo (2023) e Sene et al (2024).

Apesar da existência de muitos vazios urbanos em especulação imobiliária, o espraiamento da mancha urbana vem acontecendo em Ponta Grossa pelo menos desde a década de 1980, como apresentado por Oliveira e Sahr (2012). Segundo esses e outros autores, a periferização, historicamente entremeada à malha urbana, passou ocorrer de forma cada vez mais afastada do centro da cidade, sendo intensa, em especial, a criação de conjuntos



habitacionais destinados à habitação de interesse social. Essa dinâmica tomou mais força a partir da implementação do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, e tem se intensificado a partir da década de 2000, o que é trabalhado nos textos de Scheffer (20026), Martins e Polli (2018) e Stamoulis e Madalozzo (2023). Os prejuízos para a população que reside nessas áreas são inúmeros, contemplando desde a dificuldade de acesso ao centro da cidade e aos equipamentos e redes de infraestrutura quanto a existência de gravíssimos conflitos relacionados à proximidade da área rural, como o contato direto com agrotóxicos utilizado nas lavouras lindeiras, por exemplo.

Ferramentas de planejamento, como os Planos Diretores e Planos Setoriais, assim como as ações pontuais de gestão urbana realizadas pelos órgãos locais, se utilizam de dados obtidos, majoritariamente, através de indicadores sociais fornecidos pelo IBGE. Segundo o Diagnóstico do Plano Diretor atualmente vigente, e conforme corroborado por autores como Nascimento e Matias (2006), Oliveira e Sahr (2012), Madalozzo, Gadowski e Staron (2024), dentre outros, há necessidade de rever determinadas unidades territoriais para que haja mais respeito às características físicas, naturais e antrópicas do território municipal, e para que a leitura urbana seja mais assertiva, completa e revele realidades particulares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

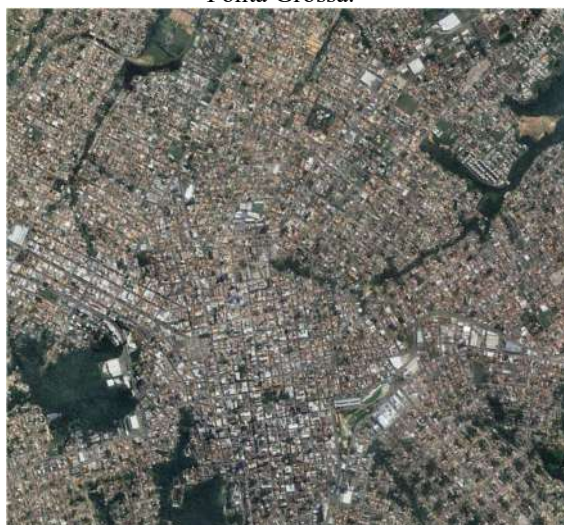
Abaixo são apresentados os principais desafios identificados pelos autores deste trabalho, especificamente relacionados às unidades territoriais atualmente utilizadas para a gestão urbana local.

Formação e evolução urbana pautadas nos vazios urbanos em especulação imobiliária e no espraiamento desmedido da mancha urbana

Ponta Grossa tem características únicas quando comparada a outros centros urbanos. Áreas com grande declividade, fundos de vale e uma rica rede hidrográfica acarretaram um sistema viário descontínuo, com muitas curvas, declives e interrupções. Além dos lotes em formatos irregulares e tamanhos variados, também há grandes áreas de vazios urbanos relacionados aos corpos d'água e áreas non aedificandi lindeiras (figura 2). São características que interferem perceptivelmente na dinâmica urbana, seja através de alterações morfológicas nos lotes e vias, seja nos usos e atividades que ocorrem nesses espaços em decorrência de sua conformação física (MADALOZZO, 2022).

Na figura 3, as linhas vermelhas representam essas vias principais e os trechos de ferrovias ativas estão representados com linhas tracejadas. Devido à rede hidrográfica intensa e à dificuldade em transpor arroios e outros acidentes topográficos, há poucas ligações entre bairros. Como Ponta Grossa é uma cidade mononucleada, com um centro urbano de grande atratividade, as mesmas vias são visadas por todos os modais de transporte, e a malha viária heterogênea e subdimensionada dificulta a mobilidade (MADALOZZO, 2022).

Figura 2: Fotografia aérea da mancha urbano de Ponta Grossa.



Ocupação urbana de Ponta Grossa na atualidade, com destaque para os vazios urbanos e rede hidrográfica entremeada à malha viária.

Fonte: Google Satellite, 2024.

Figura 3: Vias-eixo e centro urbano de Ponta Grossa.



Fonte: Madalozzo, 2022.

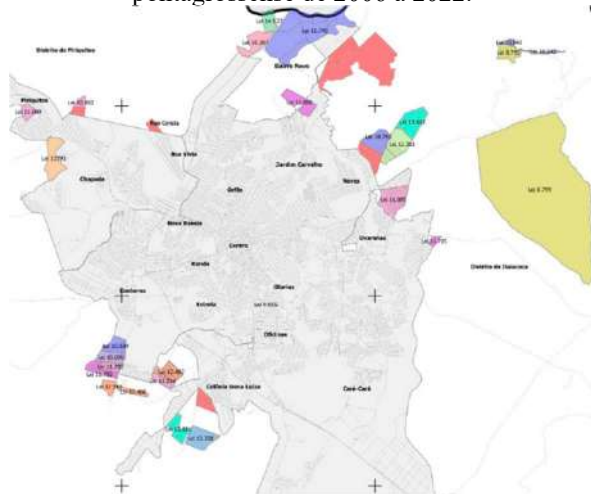
Com as dinâmicas de mercado imobiliário, as escassas possibilidades de circulação e a existência de tantos espaços vazios, em especial ao redor dos rios e ferrovias urbanas, muitas dessas áreas não edificáveis têm sido ocupadas como alternativa da população que demanda por moradia. O déficit habitacional em Ponta Grossa, no momento do diagnóstico do Plano Diretor Municipal 2022 (IPLAN, 2019a) era de 17.481 famílias cadastradas junto ao órgão de habitação. Além disso, 7.211 famílias viviam em assentamentos considerados precários.

Com o altíssimo déficit habitacional, usado pelo poder público como justificativa para expansões urbanas desmedidas, a implantação dos conjuntos habitacionais remodelou a configuração do espaço urbano do Município sobretudo a partir dos anos 2000. Foram incluídas 27 novas áreas no perímetro urbano entre os anos de 2006 e 2022 (IPLAN, 2019a). A definição dos locais de implantação dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida parte dos agentes privados (proprietários fundiários e construtoras), com consentimento dos agentes governamentais, ficando notória a alta influência desses agentes sobre a produção do espaço (SCHEFFER, 2006). Na Figura 4, nota-se expansões a nordeste, noroeste e sudoeste. É possível

perceber as áreas isoladas inseridas no perímetro, criando vazios entre o limite urbano e a área expandida, que vem, portanto, sendo ocupada sem uma lógica de progressão de distâncias. Destaca-se ainda a inclusão posterior desses vazios, unindo a área desconectada ao antigo limite do perímetro. Pode-se identificar muitas dinâmicas de espraiamento e especulação ao analisar essas expansões (STAMOULIS e MADALOZZO, 2023).

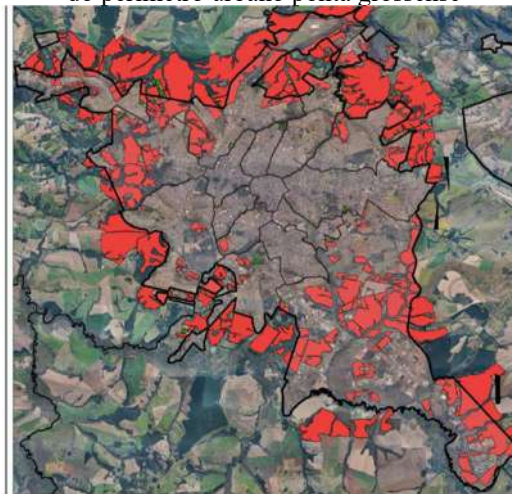
A implantação de empreendimentos de habitação de interesse social nas franjas urbanas, além de encarecer os investimentos do Poder Público, acarreta em consequências negativas para os receptores do programa, como a falta de infraestrutura, redes de serviços e equipamentos urbanos, com a ampliação das distâncias sociais (MARTINS e POLLI, 2018). Outro aspecto a destacar é a incongruência inerente à incorporação de áreas com vocação rural no tecido urbano. Impactos como a influência de substâncias como agrotóxicos já se mostram relevantes em Ponta Grossa, chegando a configurar a gênese de um problema de saúde pública. Na figura 5, nota-se as áreas agricultáveis em contato com o perímetro urbano ocupado por uso residencial (SCHEFFER e DOS SANTOS, 2020).

Figura 4: Expansões do perímetro urbano pontagrossense de 2006 a 2022.



Fonte: Stamoulis e Madalozzo, 2023.

Figura 5: Áreas com cultivo agrícola nas franjas do perímetro urbano ponta grossense



Fonte: Scheffer e dos Santos, 2020.

Assim, demonstra-se que o processo de transformação de Ponta Grossa inclui a expansão da malha urbana desde o princípio até os dias atuais. No início, a ausência de regulamentação permitiu o crescimento desarticulado da cidade, voltado aos interesses dos proprietários fundiários com vistas à especulação imobiliária. Atualmente, embora haja mais controle e denúncia de irregularidades, foram encontrados mecanismos para que a especulação imobiliária siga acontecendo, em apoio aos interesses dos proprietários de terras – seguem

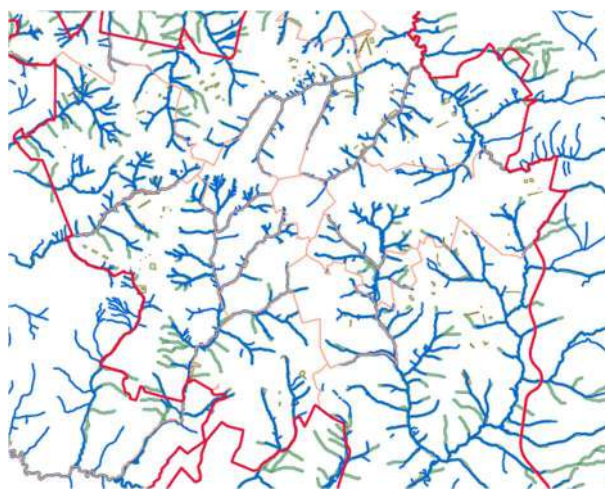


sendo incluídas áreas no perímetro urbano, mesmo quando desconectadas da área consolidada e com a existência de inúmeros vazios urbanos.

Delimitação de bairros a partir dos corpos d'água intraurbanos

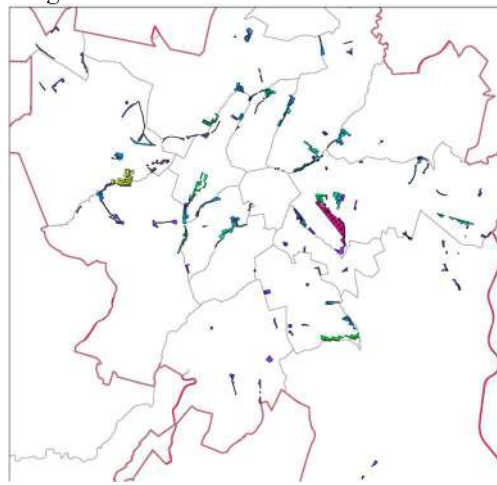
A divisão territorial dos bairros pontagrossenses é produto, ao mesmo tempo que reproduz, as tendências de concentração de renda, investimentos e espaços de consumo em Ponta Grossa. Como fica explícito ao observar as figuras 6 e 7, os bairros pontagrossenses atuais são, via de regra, divididos pelos rios urbanos. É nos centros dos bairros, portanto, que se encontram os espigões do terreno, mais bem estruturados e efervescentes economicamente. As divisas de bairro, por sua vez, concentram a manifestação das fragilidades ambientais e sociais, como pode ser percebido na figura 7, que apresenta as favelas e aglomerados subnormais de Ponta Grossa. A realidade ilustrada nesses dois cartogramas é apresentada em fotografias locais, na figura 8.

Figura 6: Hidrografia urbana Pontagrossense



Fonte: GEUR, 2024, com dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2024).

Figura 7: Bairros Pontagrossenses e ocupações irregulares



Fonte: GEUR, 2024, com dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2024).

Figura 8: Fotografias de uma favela local.



Fonte: Autores, 2025.

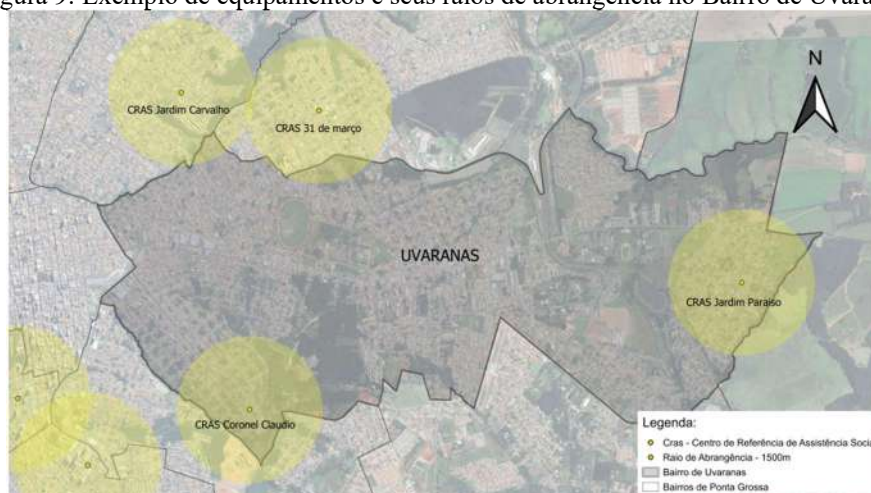
Bairros com características heterogêneas e extensão territorial excessiva

Em busca da facilidade de leitura da cidade pelos cidadãos e visitantes, e de forma muito presente em textos que tratam da imagem da cidade e daquilo que se considera uma boa forma para a cidade, é usual que se compreenda ‘bairro’ como uma porção territorial relativamente grande, que apresente determinadas características minimamente convergentes entre si e que se difiram dos demais trechos do território o suficiente para ser lida como uma unidade. Essa visão geral do que é um bairro está presente em trabalhos como *Paisagem Urbana*, de Gordon Cullen (1961); *Morte e Vida de Grandes Cidades*, de Jane Jacobs (1961); *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch (1982), e tantos outros autores que discorrem acerca da cidade e da paisagem.

Essa é também uma questão apontada para que, no Plano de Ações e Investimentos do Plano Diretor de 2022 (IPLAN, 2019b), seja considerado necessário rever os limites de bairros pontagrossenses: Em Ponta Grossa, com as expansões urbanas perimetrais, há casos de bairros com extensão territorial bastante desproporcional quando em comparação a outros. Além disso, nesses bairros com extensão territorial vasta, nota-se uma diversidade de vocações: Há casos em que uma porção do bairro apresenta características e infraestrutura tipicamente industriais, por exemplo, enquanto outros trechos urbanos divergem completamente dessa lógica.

Ao observar a figura 9, que apresenta o Bairro de Uvaranas com indicações da presença de equipamentos públicos urbanos (nesse caso, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS) dispostos sobre a fotografia aérea, percebe-se não apenas a carência do atendimento desses serviços na totalidade do bairro, mas também a influência dos corpos d’água, vazios urbanos e do relevo no estabelecimento de diferentes padrões de ocupação mesmo intrabairro.

Figura 9: Exemplo de equipamentos e seus raios de abrangência no Bairro de Uvaranas.



Fonte: Google Satellite, 2024, com dados do IPLAN, 2019a.

Há grandes diferenças entre as dinâmicas que ocorrem nos arredores da avenida central deste bairro, por exemplo, e aquelas vivenciadas por moradores das margens dos vazios urbanos, seja os rios e suas áreas não edificáveis, seja o campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa ou as instalações do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, que agem como bloqueios de circulação em muitos dos casos. Essa situação não acontece apenas em Uvaranas, mas sim ao longo de todo o perímetro urbano pontagrossense. Conclui-se que os limites territoriais de bairros, conforme configurados historicamente, não contribuem para que a leitura urbana dessas realidades seja facilitada. Por ser realizado o agrupamento de dados de indicadores sociais de habitantes de todo o bairro em diagnósticos urbanos que fomentam as políticas públicas, nota-se grande possibilidade de invisibilização de determinadas perspectivas.

Diagnósticos de equipamentos e redes de infraestrutura urbana pautados unicamente na análise dos raios de abrangência

Quando se trata da elaboração e diagnósticos da adequação quanto à quantidade e disposição de equipamentos públicos urbanos e comunitários em Ponta Grossa, consta do Plano Diretor de 2022 (IPLAN, 2019a), com muita frequência, a percepção de que muito da área urbana pontagrossense é completamente atendida por equipamentos relacionados à saúde, educação, transporte, infraestrutura urbana, etc. Quando utilizada exclusivamente a análise dos raios de abrangência de cada equipamento, técnica essa empregada largamente nas ações de planejamento urbano local, os resultados das políticas de implementação de equipamentos parecem extremamente positivos, sendo a quantidade e a disposição de tais equipamentos



comumente consideradas o suficiente para o atendimento de toda a população (MADALOZZO, GADOWSKI E STARON, 2024).

Contudo, quando se aprofunda a leitura do espaço urbano pontagrossense, colocando atenção em questões que ficam de fora dessa primeira aproximação, fica evidente que a metodologia de raio de abrangência não é adequada como única fonte de análise para que se possa estabelecer a garantia do acesso às redes e serviços disponibilizados. Embora a técnica seja útil como primeira aproximação com a realidade das demandas locais, ela não considera fatores técnicos essenciais, como a topografia, as discontinuidades de malha viária e as barreiras físicas intransponíveis ou que dificultam a circulação.

Além disso, a densidade urbana não tem sido levada em conta nos diagnósticos realizados para embasar as políticas de distribuição de equipamentos em Ponta Grossa, como percebido por Madalozzo, Gadowski e Staron (2024). A compreensão da cobertura real desses serviços dependeria de variáveis que vão muito além da simples delimitação espacial das áreas de atendimento dos mesmos. Ainda, mesmo que houvesse unidades suficientes e bem posicionadas em todo o território pontagrossense, a simples existência de equipamentos como centros de saúde, escolas, áreas de lazer e assistência social não garante, por si só, a acessibilidade da população a esses serviços.

Coloca-se como principal ponto de atenção o fato de que muito do planejamento e da gestão urbana desses equipamentos tem sido feita tomando-se por base exclusivamente a leitura de raios de abrangência. No Plano Diretor 2022 (IPLAN, 2019a), não há sequer explicação metodológica a respeito das razões para a adoção dos valores escolhidos para cada tipo de equipamento.

Gestão urbana fragmentada e territorializações divergentes

Além da descontinuidade e fragmentação usuais pela alternância de grupos políticos na municipalidade, tem sido possível identificar incongruências marcantes na gestão das ações realizadas por diferentes órgãos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Pode-se citar pesquisadores da realidade local, como De Fátima Flach e Da Silva Sakata (2016), que discorrem sobre a educação municipal; MIRANDA e LUIZ, (2016) e Cruz et al (2023), que tratam da gestão da saúde; PEREIRA et al (2024), a respeito dos estabelecimentos assistencialistas e muitos outros já citados neste documento. Em consonância com tantos estudiosos da realidade e do planejamento pontagrossenses, também os autores deste texto identificam conflitos entre os diferentes órgãos de gestão e internamente a cada um deles.



Dentre os mais graves problemas, destaca-se a indisponibilidade ou falta de interesse em manter as bases cartográficas georreferenciadas e outras bases de dados comuns à administração pública plenamente atualizadas e acessíveis.

Também é bastante problemático o fato de que os diagnósticos presentes no Plano Diretor vigente, bem como as propostas desenvolvidas com base nesses diagnósticos, seguem sistemas de leitura do espaço urbano que não são necessariamente os mesmos utilizados pelas Secretarias e Superintendências para pautar suas ações. Como exemplo, pode-se mencionar o fato de que os equipamentos de saúde, educação ou assistência social, muito embora tenham sua suficiência e adequação locacional apresentados no Plano Diretor Vigente a partir da métrica dos raios de abrangência, têm sua lógica de implementação baseada em territorializações específicas, diferentes entre si e decididas autonomamente pelos responsáveis por cada um dos órgãos.

Dados de indicadores isolados por setores censitários e o caso das localidades com baixa densidade populacional

As decisões relativas à gestão urbana se utilizam largamente de informações cedidas periodicamente através do Censo realizado pelo IBGE. Se nas leituras de dados de indicadores sociais grupados por bairro os autores percebem que determinadas dinâmicas escapam à visão de pesquisadores e de gestores públicos, poder-se-ia buscar maior profundidade de informações no isolamento de dados em unidades territoriais mais específicas. Os setores censitários são a menor unidade a que se pode reduzir a especificação de dados da população, como informações a respeito de renda, escolaridade, composição populacional, dentre outras. É a partir dessa menor escala territorial que pode ser feita a agregação de dados em escala municipal, urbana, de distrito, ou bairro (IBGE, 2024).

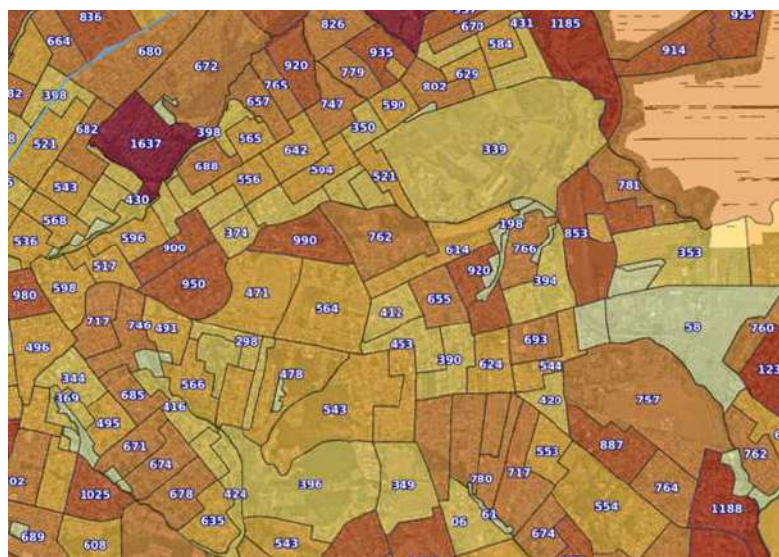
Assim, os Setores Censitários são subdivisões dos bairros. Ao definir o traçado dos setores, são levadas em consideração essas divisas entre bairros, barreiras físicas de difícil transposição (como rios, ferrovias etc.) e outros elementos, como vias urbanas de grande importância. Para que haja continuidade de leitura entre dados levantados em diferentes momentos, os setores censitários permanecem os mesmos desde sua delimitação. De forma geral, os Setores Censitários são compostos por 200 a 400 domicílios. Quando se trata de aglomerados subnormais – identificados pelos agentes do IBGE devido a características dos imóveis e à falta de infraestrutura para servi-los –, um setor à parte é criado quando há 50 ou mais domicílios na ocupação. Em casos em que existem poucos domicílios em situação

subnormal, não chegando a 50 unidades, o aglomerado não é isolado, e os dados das ocupações irregulares são incorporados aos dos demais imóveis do setor censitário em que se encontram.

Em Ponta Grossa, em que a ocupação urbana é primordialmente horizontal e pouco densa, o fato de sempre haver o agrupamento de pelo menos 200 domicílios em cada setor censitário faz com que os mesmos sejam extensos. Para que se chegue ao número de 150 ou 200 domicílios, é comum que os setores tenham 15, 20 ou mais quadras.

Na figura 10, pode-se observar o padrão de traçado dos Setores Censitários locais. Há setores que acompanham a existência de favelas, como aquele retratado na figura 11. Nesse tipo de situação, é identificar visualmente o agrupamento de informações desse trecho urbano. Dessa forma, é possível validar, com dados concretos, a existência de uma população com determinadas carências, vulnerabilidades e potências, que aparecerão claramente expressas em dados a cada leitura de censo.

Figura 10: traçado de Setores Censitários em um trecho urbano de Ponta Grossa.



FONTE: Sistema de georreferenciamento da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Geo PMPG, 2025.

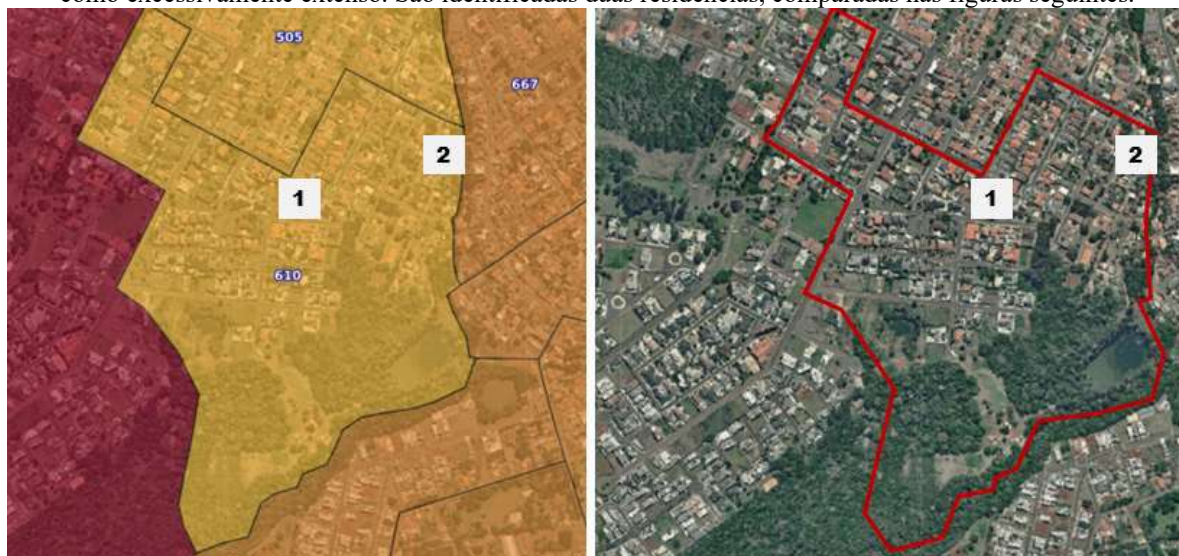
Figura 11: traçado e paisagem urbana de um Setor Censitário de Ponta Grossa que isola uma favela.



FONTE: Sistema de georreferenciamento da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Geo PMPG, 2025;
fotografia e destaque dos autores, 2025.

No entanto, na situação ilustrada nas figuras 12, 13 e 14, há Setores Censitários em que são agrupadas ocupações a poucos metros de distância com padrões completamente diversos. É possível perceber, em simples observação, que há desigualdades evidentes em uma mesma quadra ou em quadras vizinhas, em diversos pontos da cidade. Nos Setores destacados nesse exemplo, nota-se uma residência de alto padrão localizada a cerca de 5 quarteirões de um domicílio com situações bastante precárias em termos de acessibilidade, ventilação e risco ambiental. Os dados dessas duas famílias estão agrupados num mesmo Setor Censitário, o que faz com que, no levantamento de dados censitários, a realidade de ambas esteja mesclada, invisibilizando a vulnerabilidade da segunda residência usada como exemplo. Para efeitos de comparação visual, as fotografias aéreas de ambas são apresentadas na mesma escala, ficando ainda mais notória a diferença entre ambas.

Figura 12: traçado e paisagem urbana de um Setor Censitário de Ponta Grossa considerado, pelos autores, como excessivamente extenso. São identificadas duas residências, comparadas nas figuras seguintes.



FONTE: Sistema de georreferenciamento da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Geo PMPG, 2025; fotografia e destaque dos autores, 2025.

Figura 13: caracterização da residência identificada como “1” nas figuras anteriores.



FONTE: Fotografias Google Sattelite, 2025. Destaque dos autores, 2025.

Figura 14: caracterização da residência identificada como “2” nas figuras anteriores.



FONTE: Fotografias Google Sattelite, 2025. Destaque dos autores, 2025.

Dessa forma, nota-se que, como no caso dos bairros, também na escala do próprio Setor Censitário há situações em que se percebe mistura de dados de segmentos populacionais enfrentando problemas muito diferentes. Esse é um aspecto bastante preocupante no caso de Ponta Grossa, e que tem sido percebido também por pesquisadores em outros contextos. CASTRO (2024) identifica a mesma questão no contexto da cidade também paranaense de Londrina, com a invisibilidade de favelas locais nos dados censitários. O fato de muitos dos aglomerados habitacionais de vulnerabilidade social serem compostos por um número pequeno de domicílios e ocuparem uma extensão territorial pouco abrangente faz com que grande parte das ocupações irregulares de cidades médias, como é o caso de Londrina e de Ponta Grossa, tenha seus dados completamente ignorados pelos gestores urbanos.

A necessidade de se debruçar sobre a forma como os dados de cidades médias e pequenas é coletado e lido é também corroborado por PERA et al (2016), que discutem as classificações daquilo que se considera urbano ou rural dentro das possibilidades apresentadas pelo IBGE nos Censos. Como disposto por SCHEFFER (2020), também na situação urbana e rural há especificidades no caso pontagrossense que permitem perceber a necessidade de aprimorar que tipo de leitura tem se extraído dos setores censitários, tanto para diagnósticos quanto para propostas de políticas públicas em busca da melhoria da vida urbana para a população.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dificuldade premente na gestão urbana pontagrossense, muitos desafios têm sido encontrados por gestores e pesquisadores que buscam compreender as dinâmicas locais e as ações de planejamento e gestão promovidas pelos órgãos responsáveis. Além da descontinuidade e fragmentação usuais pela alternância de grupos políticos na municipalidade, coloca-se como principal ponto de atenção o fato de que, em muitas das ações de planejamento e gestão, a densidade urbana não tem sido levada em conta.

Nos diagnósticos realizados para embasar as políticas públicas e mesmo nas propostas desenvolvidas com base nesses diagnósticos, é bastante comum que sejam utilizados unicamente sistemas de leitura do espaço urbano que desconsideram completamente a densidade urbana. Nota-se que o sistema de leitura exclusivamente por dados de indicadores sociais não tem sido o suficiente para revelar muitas particularidades relacionadas a comunidades formadas por um pequeno grupo de domicílios ou a porções urbanas isoladas por elementos físicos que as delimitam.

REFERÊNCIAS

CASTRO, L. de. **Invisibilidade das favelas de Londrina nos dados censitários do IBGE: implicações nos diagnósticos urbanos de vulnerabilidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, 2024. Disponível em <https://tinyurl.com/yz4dmnz>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Ponta Grossa**. 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

IPLAN. **Caderno Síntese: revisão do Plano Diretor de Ponta Grossa, 2019**. 178 p. Disponível em <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo-2018/>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MADALOZZO, N.; SOUZA, E. B. C. de. **Hidrografia urbana: desigualdade socioespacial em áreas irregulares em Ponta Grossa, Paraná/Brasil**. Revista NUPEM, v. 10, n. 21, p. 34-51, 2018. Disponível em <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5577>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MADALOZZO, N. **Rio e ferrovia: a produção social do espaço urbano em Ponta Grossa-PR**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em <https://www.editorafi.org/ebook/459nisiane>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MADALOZZO, N.; GADOWSKI, M. A.; STARON, G. **Metodologia de análise da distribuição de equipamentos públicos em uma cidade média: estudo de caso no bairro**



Chapada em Ponta Grossa – PR. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 13, n. 2, p. e1101-e1101, 2024. Disponível em <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1101>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MARTINS, B. C.; POLLI, S. A. **Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente: O direito ao centro da cidade.** Emancipação, v. 18, n. 1, p. 94-111, 2018.

NASCIMENTO, E.; DA MOTTA, D. M.; SOBRINHO, F. L. A. **Cartografia do sistema urbano das cidades médias brasileiras.** Geosul, v. 38, n. 87, p. 233-271, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91993>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

NASCIMENTO, E.; MATIAS, L. F. **O processo de favelização na cidade de Ponta Grossa (PR): notas sobre a dinâmica recente (1989-2004).** Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil, 2006. Disponível em <https://tinyurl.com/248j9wrp>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

OLIVEIRA, A. C. R.; SAHR, C. L. L. **Induções nas transformações do uso e ocupação do solo urbano em Ponta Grossa-PR.** Terr@ Plural, v. 6, n. 1, p. 109-124, 2012. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3310>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

PERA, C. K. L.; BUENO, L. M. de M. **Revedo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação da situação urbana e rural.** Cadernos Metrópole, v. 18, n. 37, p. 722-742, 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cm/a/q6McCKhzm9dSK3KyQPykHCQ/>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

SCHEFFER, S. M.; DOS SANTOS, C. S. **O Serviço Social na política urbana: questões provenientes da relação urbano-rural em Ponta Grossa.** Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 4, p. 21429-21439, 2020. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/9251>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

SENE, T. S.; DOS SANTOS, C. S.; SCHEFFER, S. M.; DE MOURA, R. R.; DA COSTA, L. C. **Política urbana da cidade de Ponta Grossa/PR: a ordenação do solo urbano e a sua relação com os recursos hídricos.** Serviço Social em Revista, v. 23, n. 1, p. 160-177, 2020. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38549>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

SENE, T. S.; DA COSTA, L. C.; SCHEFFER, S. M. **Indicativos de gentrificação na cidade de Ponta Grossa, PR: uma análise a partir da relação entre a legislação urbana municipal e as transformações no espaço urbano.** Terr@ Plural, v. 18, p. 1-19, 2024. Disponível em <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/22539>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

STAMOULIS, K. V. G.; MADALOZZO, N. **Expansão urbana em Ponta Grossa-PR: uma análise sobre seu processo e suas consequências.** Revista Ciência Geográfica, v. 27, n. 4, p. 2715-2739, 2023. Disponível em <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/3581>. Acesso em 20 de novembro de 2024.